



Traição ou lógica?

*Edmundo Fernandes Dias*¹

a Rosa Luxemburgo e a Karl Liebknecht²

Tudo se volta contra quem passou a vida trabalhando ou trabalha ainda como assalariado ou como funcionário civil. O governo do Partido dos Trabalhadores pune quem não se tornou patrão ou, por qualquer modo, não se fez capitalista. Dá para entender a defesa petista de quem, em Santo André, ascendeu de guarda-costas a próspero empresário.

Jânio de Freitas – Enfim, a doutrina³

Vivemos, no momento da mais completa financeirização do capital, em escala planetária, ao mais doloroso capítulo da história da *Revolução Passiva* brasileira. Não há a menor dúvida de que profundas alterações foram introduzidas no plano da estrutura econômica. Para fazê-lo foi, e é, necessário manter e recauchutar as velhas relações de classe e formas de poder. A burguesia imperialista e seus aliados internos nunca conseguiram criar uma

hegemonia real. Recorreram, em 64, à ditadura, para *cortar, com a espada, o nó górdio* dos limites que o incipiente processo de democratização à época tentava impor ao Capital. Libertar a acumulação capitalista era e é sua necessidade permanente. Por isso, aquelas classes recorreram à decapitação das lideranças políticas populares, ampliaram a privatização do estado, tentaram, com largas margens de êxito, *transformar a política em pura gestão*.

Na "redemocratização" - obra-prima dos liberais - esse processo de esvaziamento da política foi acelerado. O velho poder se revelou vital à *modernização capitalista*. Nenhum aparato repressivo foi desmontado. Os liberais falaram em *entulho autoritário* para justificar o *aggiornamento* da ordem. Na realidade, o que eles chamavam de entulho nada mais era do que a argamassa do novo momento. Manteve-se o conjunto de leis de exceção. O SNI transmutou-se em uma "democrática" ABIN. Neoliberalismo e "reconstrução" da democracia liberal caminharam juntos. As liberdades, por menores que fossem, exigiriam modificações de fundo que, de fato, não vieram. O resultado foi o aumento da miséria e da construção social do desespero. A reforma do estado e a retirada dos direitos sociais aprofundaram a crise. O processo precisava de uma aparência popular para atingir sua eficácia. A posse de Lula completou a transição transada da ditadura sob tutela militar para o governo civil, atualizou aquele *continuum*. A palavra de ordem passou de "organizai-vos!" para "tende esperança!".

Na sabatina de *O Estado de São Paulo*, durante a campanha, Lula foi enfático: diante da provocação sobre o que fazer com o MST, ele disse: este país tem leis.⁴ Era o que a direita queria ouvir. No mesmo local ele afirmou: "Acho que é por isso que o socialismo não deu muito certo no mundo. Porque essa idéia de igualitarismo, ou seja, um cidadão que produz um copo de água desse... o cara trabalha numa máquina, produz dez copos e ganha dez reais. O outro produz na mesma máquina cem copos. Se você não privilegiar o que produziu cem, o que vai acontecer?"

A tendência vai ser ele produzir dez e não cem, porque não vai ganhar nada se produzir mais. Então, acho que temos que premiar os investimentos em tecnologia, temos que premiar a quantidade."⁵ Como é possível um ex-operário imaginar que um trabalhador isolado possa, por sua conta e risco, decidir produzir apenas dez copos ao invés de cem? Essa crítica tosca ao socialismo é uma clara capitulação à ideologia liberal da falta de iniciativa pela ausência dos estímulos materiais⁶. Não foram frases infelizes: elas expressavam o que o estado maior da campanha propunha.

Diante das primeiras "surpresas" do governo Lula, militantes petistas colocaram a questão "o governo está em disputa". Novas "surpresas", novas dúvidas. Traição? Ou saudável evolução com a superação das "bravatas" do tempo da oposição? Os quadros superiores do Estado e da burocracia petista, obviamente, afirmaram a segunda, no que foram acompanhados por toda a direita. Foi um ano para lá de mediocre, quanto as suas realizações. O mote histórico "se não podemos fazer as grandes obras mostraremos o modo petista de governar", sequer foi lembrado. Só quem tinha uma crença quase religiosa de que se pretendia aplicar o programa histórico do Partido⁷ podia pensar que houve uma traição ou um estelionato eleitoral⁸. Ao falar sobre a crise brasileira, uma resolução do I Congresso do PT (1991) afirmava: "[o governo Collor] prossegue sua política infamante de arrocho salarial, de confisco dos aposentados. (...) A crise atual não poderá ser resolvida por uma nova composição interna das elites, a não ser a um custo social

inaceitável"⁹. O transformismo é claro. Os que vêem no processo uma saudável evolução sorriem: está sendo feito o prometido.

Uma trajetória ambígua

A história de um partido não pode ser medida apenas pelos movimentos táticos para atingir seus objetivos ou resumir-se às flutuações de sua direção. Faz parte da história do país onde se insere, dos desafios colocados pela totalidade social, do movimento das classes e grupos sociais que o constituem e daqueles com os quais se confronta. Move-se, também, em um quadro histórico-mundial determinado¹⁰. Fazê-la reduzindo-se à "biografia" das suas tendências internas e das suas lideranças é pobre e ineficaz. É uma história que responde ao conjunto de contradições da sociedade.

Na história do PT a permanente dubiedade nas questões estratégicas facilitou o equilíbrio das diversas tendências: "Por uma sociedade justa e sem exploradores e explorados" permitia tanto uma leitura de um vago socialismo quanto de um cristianismo radicalizado. Na tese *O Socialismo Petista*¹¹ lemos coisas do gênero: "superação da sociedade injusta em que vivemos", "democracia qualitativamente superior, para assegurar que os movimentos sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos" e mesmo "sociedade livre e participativa"¹².

Fundamental no período de constituição do partido, isso deu o mote do transformismo hoje desvelado. O modo com que a direção reagiu à famosa "queda do muro de Berlim", ou seja, da ditadura das burocracias que usurparam o nome "comunista", indicou claramente a



inflexão. O processo de centralização onde os núcleos de base, local do debate interno, foram suprimidos, e o processo de enquadramento das tendências internas veio ocorrendo já há uma década. Processos dirigidos pela tendência majoritária. A flexibilização das posições da burocracia foi a tônica. Na realidade, a expulsão dos "radicais" nada mais é do que uma confirmação da mutação acelerada com a queda do muro. Mudou a base social do partido e ninguém se deteve na análise do seu significado. O processo de transformação ocorreu molecularmente; mudaram-se as formas de recrutamento¹³. A militância, a quem foi negada a formação política, presa à jaula de ferro da conjuntura, não foi capaz de examinar a história de longo alcance do PT. Nesse processo, o peso das direções foi decisivo. As medidas de administração interna do partido fizeram um deslizamento imperceptível para os menos atentos.

Examinemos a mutação. Tomemos o texto do plano de ação político-organizativo do 4º Encontro Nacional (1986): *"é impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que*

*sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista"*¹⁴. Na mesma página se insiste: *"As experiências históricas do Brasil e de outros países mostram que são os pretensos enganadores que sempre acabam logrados, e que as alianças da classe trabalhadora com a burguesia só favorecem os interesses desta, e atrasam ou impedem o avanço da organização daquela, bem como o caminho para o socialismo"*¹⁵. O que mudou para levar a esse giro à direita? A burguesia mudou seu modo de proceder? Se não ocorreu isso, por que a mutação? O "muro" caiu, mas a História não acabou.

Curiosa democracia essa em que uma Carta eleitoral renega as teses oficiais ditadas pela instância maior do partido. Não se pode mudar uma resolução congressual - sem quebra grave da democracia partidária - por nenhuma instância menor a ele, como é o caso da Direção Nacional. Teses defendidas pelos que agora mudam-nas, sem consultar o próprio Partido. Os que defendem a tese da traição vêm aqui um claro indicador do golpe das direções.

A mutação programada

As eleições determinam um antes e um depois¹⁶. Dizem agora: a Reforma da Previdência e a autonomia do Banco Central são necessárias. Por que se fez oposição a elas? No governo devemos ser responsáveis, diz Lula. O Presidente da Câmara dos Deputados afirmou que as "bravatas" foram praticadas para chegar ao governo. Essa "explicação-expição" colocou toda a trajetória anterior sob a acusação de oportunismo. *A conversão dos gentios ao novo credo acelerou a transformação do PT em Partido da Ordem* (Florestan Fernandes). A militância, sob o peso crescente da direção, praticou, segundo esse "raciocínio", o corporativismo, o assembleísmo e o militantismo. Mas na hora da purgação, a palavra "radical" passou a designar aqueles que se comportaram como determinara o Encontro Nacional, cujas teses foram escritas por aqueles que agora, como juízes, vigiam e punem os dissidentes. Dissidência de que, se eles cumpriam o fixado por tais teses? Radical no Brasil, sabemos, é sinônimo de discordante.

Como analistas e militantes encaramos essa mutação? Muitas das bandeiras clássicas foram abandonadas, trajetória facilitada pela flexibilização do Partido (da fundação à posse de Lula). Muitas vezes manteve-se a letra, negando-se o espírito. Nenhuma novidade. O exame das plataformas eleitorais das diversas candidaturas de Lula mostra esse processo de abandono da perspectiva socialista. Pronunciava-se a palavra para exorcizar a prática. Lenta, mas contínua, essa mutação consolidou-se na campanha de 2002.

Era necessário acalmar o "mer-

A incontinência na linguagem revela a mutação: "companheiro Bush", "companheiro Inocêncio Oliveira", "meus companheiros empresários", etc. Não houve traição, mas uma estratégia transformista.

cado"¹⁷ para viabilizar a eleição sem maiores riscos. A política real, agora, nada mais tem a ver com as "bravatas". A perspectiva é outra. Tudo cuidadosamente indicado nas falas do candidato. Não viu e não acreditou quem não quis. Falar, ele falou. Se seus apoiadores ficaram perplexos isso não causou nem surpresa nem constrangimento aos que criticavam tal mutação, que é bom que se diga, não se trata de um recurso tático, mas de uma ruptura no plano da estratégia.

Quando um partido muda tão radicalmente sua linha política declarada em resoluções, isso tem graves conseqüências. Os socialdemocratas alemães levaram quase oitenta anos para retirar a idéia de socialismo marxista do seu programa - mesmo que já o tivesse feito na prática há décadas - e, ainda assim, não recuperaram seu poderio eleitoral. O PC Italiano mudou o nome e os símbolos. Perdeu a história, a memória. De maior partido comunista do Ocidente passou a ser apenas mais um, entre os partidos italianos. No Brasil, o processo se deu mais rápido. Um partido que chegou a imaginar-se social-democrata (em tempos neoliberais) não gastou mais que um quarto de século para fazer a transposição das ideologias. Mudando o conteúdo, perde não apenas a história, mas se integra, como tantos, à Ordem do Capital. O PT chegou ao governo ao preço de perder o próprio valor ideológico da legenda.

A direita saudou a mutação

como prova de maturidade. O PT chegou à idade da Razão, rendeu-se aos usos e costumes políticos da terra! Quebrara-se a credibilidade de quem enfatizava a ética na política. Acordos para votações impopulares, cargos à granel, aliciamento de parlamentares da "oposição" para os partidos da sua base e barganha com as chamadas verbas de interesse dos parlamentares. A incontinência na linguagem revela a mutação: "companheiro Bush", "companheiro Inocêncio Oliveira", "meus companheiros empresários", etc. *Não houve traição, mas uma estratégia transformista.*

Na campanha eleitoral se prometeu o céu, mas pratica-se o inferno. Diante do quadro brutal de desemprego, concentração de renda, aumento da violência, degradação de gerações inteiras, o mínimo requerido era um balanço para saber o que fazer. Nada disso foi feito pelos recém-chegados ao Planalto. A transição foi "civilizada": aceitou-se não apenas a estratégia FHC-FMI (na famosa reunião dos candidatos com o tucano), mas, também, as contas. Sem nada contestar. O custo social é imenso. Prova desse *modo de governar* foi a "fria e racional" decisão de Berzoini de exigir o recadastramento dos idosos acima de 90 anos que deveriam provar não serem fraudadores.

A relação com os trabalhadores do estado é cada vez pior. Com Collor eram marajás, com FHC vagabundos e, agora, com Lula, respon-

sáveis pela destruição da Previdência Pública. Tudo isso porque pretendiam fugir à destruição das suas condições futuras de vida. Lula, que garantira cumprir ciosamente todos os contratos, não se referia àqueles trabalhadores ou ao conjunto da população. A decadência da categoria é visível até nas metáforas-acusações. *Na verdade, quer-se o servidor submisso e não o trabalhador organizado.* O esquema de sonegação e elisão fiscal das grandes empresas permanece intocado, impune. O corpo de fiscais do governo continua sendo devastado na esteira da política de reforma do Estado, iniciada por Collor e seguida por FHC. Aprofunda-se a destruição plena de serviços e direitos sociais. Forte com os fracos, generoso com os poderosos. A regra "democrático-popular" seguiu essa que é uma das mais perversas tradições da política brasileira. Afinal, quando eles mentiram? Antes? Durante? Depois? Ou o tempo todo?

A tarefa essencial da construção do conhecimento é a crítica no sentido marxiano. Contra as postulações que enfatizam a perspectiva empirista da descrição¹⁸ a crítica desloca o campo da reflexão para o deciframento do real (*o porquê crítico*)¹⁹, não se limitando, pura e simplesmente, a uma descrição dos fatos. Descrever, apenas, é uma forma sofisticada de ocultação do problema real e de suas conseqüências.

O militante não pode limitar-se a fechar os olhos a um real que nega brutalmente tudo que falou e dizer "é o nosso governo". Ele pode, cegamente, afirmá-lo, mas isso tem um preço: o risco de entrar em um beco sem saída, de um isolamento em relação ao conjunto da sociedade, ain-

da que, a médio prazo, uma "autoridade" política emane do eleito. Ele tem responsabilidades. *O grande risco da militância é confundir o dia-a-dia com toda a realidade.*

A crítica da população nem sempre se expressará abertamente. Ela querará a resolução da "herança maldita" não apenas do governo anterior, mas de séculos de dominação. Essa imagem oculta e deforma o real. Trata-se da própria lógica do processo e não de uma herança. Como condenar a maldição e continuar a praticar a mesma política? Cabe a analistas e militantes, em graus e modos diferentes, é claro, trabalhar na resolução desses problemas. A objetividade na política é, essencialmente, impedir que nossas propostas nos ceguem diante da realidade. Iludir-se, assumir uma postura de autocomplacência, é uma chave da derrota.

Aparência e realidade - o dito e o feito

A análise da avaliação do primeiro ano do governo Lula pela performance midiática nos permite revelar com clareza certos traços de comportamento tortuosamente escondidos sob a dialética dos discursos oficiais preparados pelos *ghost writers*. O "improvisado", quando o Presidente se sente à vontade, em casa, e solta suas costumeiras metáforas, suas boutades, é fortemente significativo. Típica foi a frase sobre o "bando" de generais e de soldados. O uso descuidado das palavras revela despreocupação com seus efeitos²⁰, constituindo-se em uma condenada bravata.

A forma com que se processam os acontecimentos possui uma lógica que merece nossa atenção. O exercício do poder executivo, inde-

pendentemente das *personae vividas* pelos seus "atores", é marcado por toda uma semiótica. O deixar-se fotografar desta ou daquela maneira, a gestualidade, a forma pela qual se pronuncia o discurso político, os bonés que usa ou deixa usar, tocar violino ou bongô, nada disso escapa ao olhar atento do analista. A banalização da figura presidencial se, por um lado, torna o presidente mais familiar (ele é igualzinho a nós - este é o intertexto desejado), por outro lado, a vulgariza e fragiliza. Expõe suas debilidades.

O uso dos bonés²¹ ilustra bem o procedimento. Eles foram sempre uma constante desse "aparecer como popular": dos ruralistas ao MST, passando pela festa do vinho, pelo Corinthians e Flamengo. O constrangimento dos arraiais do Planalto com a reação da direita ao uso do boné do MST foi evidente. A direita não esquece seus "adversários", mesmo quando estes aparecem convertidos. Passado o mal estar, Lula continuou a usar os bonés. Seria interessante - e muito ilustrativo - verificar a coerência entre o uso do boné e o discurso falado quando ele o usa. Houve casos em que ele se recusou a vesti-los. Por quê?

No dia 23 de dezembro, ele deixou-se fotografar tentando andar de skate. Usava o boné do *Red Bull*, que "dá asas" a quem o bebe. Neste caso, "asas da imaginação" já que, em seguida, ele se afirmou feliz pela obra realizada. Que obra? A mais brutal destruição da sociedade brasileira: a entrega da Previdência Pública ao sistema financeiro, o corte das verbas da área da saúde para construir o monstruoso superávit primário para além do que os próprios organismos financeiros inter-

nacionais exigiam. O resultado é a destruição do seu próprio partido, construído a partir das lutas sociais ao longo de duas décadas. Essa excessiva exposição, facilitada pelo acesso à poderosa TV Globo, sua ex-inimiga mortal²², transforma esse "aparecer" em um vulgar movimento popularesco, marcado pelo estilo Duda Mendonça. Os conservadores sorriem e dizem: lembre-se da *liturgia do cargo*. Com isso, indicam claramente a fragilidade travestida de força.

As afirmações vazias, traduzidas por metáforas banais e corriqueiras, são uma forma específica de uma ideologia acobertadora do real. A metáfora apenas anuncia o que não pode enunciar claramente: a mutação. Pretende-se por elas subtrair-se ao problema real, indesejável, que perturba o ator. Não dão, e nem o poderiam dar, conta das necessidades reais que se fazem presentes. Analisando a política brasileira, isto é uma recorrência. *Em Lula, existe apenas o abuso do método.*

A metáfora religiosa, onipresente nesse discurso, é fundamental: "Deus não me traria de tão longe se não fosse para realizar essas grandes tarefas". Metáfora de fundo medieval: *Dieu le veur*. Foi além, afirmando que nada o impediria de realizar sua missão, nem as fúrias da natureza, nem as forças políticas. A própria noção de missão, auto-atribuída, de claro sabor calvinista, revela um pôr-se acima das leis com uma forma de misticismo sebastianista. *L'état c'est moi*, poderia ter dito, secundando o Rei Sol.

Este fundo "carismático", nome que a imprensa e um certo tipo de ciência social costumam aplicar a figuras como ele, permite-lhe, ele o

crê, tratorar a sociedade. Ele, o emissário de Deus. Na realidade, apesar dessa aparência messiânica, Lula nada tem de qualidades mágicas, extracotidianas (diria Weber), mas é uma criatura da velha estrutura sindical. O que não lhe impede de se apresentar como acima da sociedade, do bem e do mal. Isto tudo a partir de uma preocupante *tentativa de ocupação do espaço laico pelo discurso messiânico*.

Metáforas que têm a clara finalidade de colocá-lo como supremo magistrado e de separar os *bons dos maus*. Trata-se de uma forma da *morte da política* entendida esta como atividade de construção da liberdade. Ao "encarnar" a sociedade ele elimina as diferenças, define o normal e o patológico. Os que se opõem, não estão apenas errados, mas, fora do campo da razão²³. Como não se arrependem, não fazem o ato de contrição, precisam ser expurgados: daí a necessidade obsessiva de expulsar os réprobos. Aqui, o real impôs algumas distinções. Nem todos os "maus", nessa visão maniqueísta da história, se expuseram plenamente. Uns calaram-se ou foram calados (*silêncio obsequioso*); outros choraram por ter que votar com o partido mesmo contra tudo o que dizem acreditar.

O mínimo que se esperaria de um governo e um partido autoproclamados democrático-populares é o amplo debate sobre as questões programáticas. Vê-se, pelo contrário, um conjunto de decisões ser votado sem maiores esclarecimentos. E a exigência da disciplina não é ao partido, mas à sua direção. Com que moral criticam quem aplica o centralismo democrático? Com a dos que usam o centralismo burocrático

e a disciplina na base da subordinação ou expulsão.

O conjunto das alianças oportunistas para aprovar as "reformas" contra a população, prova concreta daquele falso messianismo, criou um monstruoso bloco de apoio parlamentar (o Centrão petista) que tem a capacidade de capturar parcelas crescentes dos seus "opositores" liberais e social-democratas, não por eficácia política, mas porque Lula realiza o programa daqueles que o PT combatera anteriormente. E, qualitativamente, pelo grau de destruição do futuro não apenas desta, mas de muitas gerações. Mas, se isso é a sua força é, também, a sua própria fragilidade. E é bom ter sempre em mente que essa "base" do governo do *New PT* tem, ela própria, seu programa de conservação social. Usará mais os governantes do que se deixará usar por eles.

As questões da incorporação do PMDB ao ministério mostram também o quanto este governo está disposto a pagar por uma efêmera sensação de segurança. A vulnerabilidade da base de apoio governamental é acentuada pelo reforço do poder dos governadores tornados, eles próprios, fonte de legitimidade da ação do executivo. Este "apoio crítico" dos governadores, inimaginável para alguns no início do governo, serve de apoio e obstáculo, revelando o elevado custo desta estratégia. O teste real da força do governo dar-se-á, obviamente, quando se apresentar matéria sobre a qual a oposição tenha posição.

Lula "aparece" como o grande pai da sociedade. A sociedade "comprou Lula" e lhe entregaram "Palocci-Dirceu". Os desmentidos, as idas e vindas, atribuídas à inexperiência

da equipe, nada mais são do que o peso do poder decisório dos governantes que nós não elegemos e as bravatas do realmente eleito. Os "desejos" deste "aparentemente" não se quadram com o poder daqueles. Necessárias para tentar "ganhar corações e mentes" as falas de Lula caem no vazio de um real que lhe contradita o tempo todo, enquanto Palocci e Dirceu implementam o "saco de maldades". Lula, do alto do Olimpo, entoia a cantilena "tenham paciência", incrédulo com o real que lhe "desobedece". Mas, altaneiramente, vai em frente, chegando mesmo a dizer, em reunião com o MST, que queria ser julgado ao final do seu mandato. Vale dizer: quero cheque em branco. E vez por outra ele ou algum dos seus áulicos falam que quatro anos são poucos para tal missão. Realmente, já vimos esse filme.

A "Reforma" da Previdência é paradigmática em relação às demais políticas estatais²⁴. Foi, longa e cuidadosamente, preparada pelos governos Collor-FHC e agora por Lula. Mas, também, pelo processo de empobrecimento da sociedade, pela construção do antagonismo trabalhadores do estado X população e pelo processo de construção dos Fundos de Pensão, capitaneado por Gushiken, seu guru. Um enorme contingente de trabalhadores foi lançado à chamada informalidade. Isso é decisivo na destruição da previdência pública já que estes não contribuem para ela ou o fazem em pequeníssima medida. O processo de congelamento salarial dos trabalhadores do estado leva a que essa categoria tenda a desaparecer e ser substituída por trabalhadores sem direitos sociais, sem carreira e concurso: o verdadeiro paraíso dos governantes.

Helmut Schwarzer, secretário da Previdência Social, afirmou que o que mais prejudicou, no rombo de R\$ 27 bilhões, foi "principalmente a queda na renda dos trabalhadores" (Folha de São Paulo, 24-12-2003, p. A1). Tudo isso após um imenso esforço marqueteiro de convencer a sociedade de que o problema da Previdência eram os servidores públicos, vagabundos que se aposentavam precocemente e como marajás. O mais trágico é que já se fala na necessidade, dentro de mais ou menos cinco anos, de uma nova reforma da previdência. Esse prazo pode ser encurtado com a "Reforma" ministerial e a entrega da Previdência ao PMDB. Impavidamente, centrais e sindicatos constroem seus fundos de pensão; tornam-se núcleos do capital financeiro.

Não é por acaso a MP que permite aos trabalhadores do estado tomar empréstimos bancários com desconto automático na sua folha de pagamento. Garantia máxima da agiotagem legalizada: a bancária. Proteção ao sistema bancário e legitimação *aggiornata* de um endividamento permanente dos trabalhadores. Crédito? Talvez. Salário? Sabe-se lá quando. Se a força de trabalho é uma mercadoria ela pode ser submetida também a uma Bolsa Mercantil de Futuros! E o salário também. Como a Carteira de Trabalho, este tenderá a perder-se na memória dos trabalhadores.

A reconstrução da figura do trabalhador torna-se mais e mais dependente do Capital: uma espécie de *Frankenstein* adequado ao momento atual do imperialismo. Trata-se da mais ousada tentativa de rebaixar ao máximo o patamar de sobrevivência dos trabalhadores, ao mesmo tempo em



que se busca ampliar o seqüestro da sua subjetividade de classe. A reinvenção do trabalho escravo ou servil caminha *pari passu* com a cidadania mercantil do consumo. O capitalismo e as políticas praticadas pelo governo tendem a unificar objetivamente os trabalhadores: do estado e da ordem privada. Essa objetividade só pode ser transformada pela constituição de uma subjetividade capaz de dar sentido a ela: o permanente problema da direção, dos intelectuais de classe.

As bases da mutação transformista

A desestruturação da sociedade caminha fortemente no sentido de sua plena captura pelo governo e seu partido. A CUT é hoje uma correia de transmissão. A partidarização da Central vem eliminando sua democracia interna. Nada que for crítico ao governo passa em suas instâncias. A CUT, construída durante a ditadura, praticamente desapareceu, não obstante o esforço de boa parcela da militância. Este processo não é de agora, tendo começado no Congresso de Belo Horizonte com a re-

forma estatutária que diminuiu a possibilidade de controle da ação da direção pelas suas bases e acentuou seu caráter concentrador, centralista²⁵.

Ela caminhou no sentido de reduzir seu horizonte político a duas tarefas: eleger Lula e fazer acordos corporativistas em benefícios de suas principais categorias. Neste segundo ponto essa estratégia foi fragorosamente derrotada, não importando a fala da direção, mas, o julgamento da história. Por mais que falem em câmaras setoriais e banco de horas como estratégias sindicais de enfrentamento ao neoliberalismo, estas medidas nada mais são do que respostas capitalistas à crise do capitalismo. Vitórias? Onde? Seja na carência de resultados na questão metalúrgica, que tem de permanentemente negociar para garantir o que já tinha sido negociado²⁶, seja no desmonte pronunciado dos bancários, as categorias profissionais vão sendo paulatinamente reconstruídas a menor, diminuídas física e politicamente. A política é ditada de fora, pela direção partidário-sindical estreitamente vinculada ao "projeto Lula". Lembremos que a CUT - sob Vicentinho - não apenas aceitou a tese de que tempo de contribuição e tempo de serviço eram indiferentes, o que vem levando ao desespero os trabalhadores da ordem privada na hora de se aposentar, mas, também, das posições da Central quando das greves dos servidores públicos.

Os metalúrgicos levaram adiante as Câmaras Setoriais que, a pretexto de garantir-lhes o emprego, diminuíram os impostos das montadoras, reiterada seguidamente. O caso é clássico: aumento da produtividade e da lucratividade, nenhum controle previsto sobre as empresas e um

mínimo de empregos mantidos. Mas, sempre e sempre sob a ameaça de novas demissões. Vitórias, insistentes. Onde? Contrariamente a tudo que foi falado na campanha eleitoral, do Primeiro Emprego, do destaque marqueteiro à questão do desemprego, falando aos catadores de lixo em São Paulo, Lula nos brindou com uma reflexão natalina. "Não basta a economia crescer. Com os avanços tecnológicos no mundo, muitas vezes uma empresa aumenta sua produtividade, sua rentabilidade e não gera um posto de trabalho" (*Folha de São Paulo* 24-12-2003, p. A4). Substitua-se o "muitas vezes" por "quase sempre" e teremos um quadro aproximado do desastre proporcionado por aquilo que muitos, altaneiramente, chamam de "Terceira Revolução Industrial", ou seja, a tentativa deliberada de diminuir ao máximo o trabalho vivo. O Programa Primeiro Emprego não registrou uma adesão sequer razoável. O problema segue agravando-se.

A CUT assumiu a forma da Central que combatera (Força Sindical) e instalou-se um novo sindicalismo de resultados, negócios e apoio incondicional ao governo. Progressivamente, deixou de ser um instrumento de luta dos trabalhadores para monitorar-lhes a ação no sentido da redução da radicalidade das lutas, da aceitação acrítica das chamadas transformações do mundo do capital (perversamente designado mundo do trabalho). Cada vez mais distinta e isolada dos trabalhadores, transformados em exército de apoio à direção, em massa de manobra devidamente disciplinada por ela (basta ver os congressos da Central deste ano, tanto no plano nacional, quanto estadual²⁷). Ilustrativo de como eles

fazem a mediação com a diferença foi o ataque covarde sofrido por trabalhadores do estado diante do Sindicato de Metalúrgicos do ABC. A ação decorreu do fato de que os metalúrgicos não gostaram do protesto contra a "reforma" da previdência; agiram como *bate-paus*, como tropa de choque governamental. A regra agora é a das grandes festas, primeiros de maio com sorteios, shows musicais e zero de política, se não, pensam eles, a "massa" vai embora no mais puro "estilo Duda Mendonça". O detalhe foi a contratação, pela Central, do mesmo marqueteiro que bolou esse esquema para a Força Sindical.

A CUT participa do Fórum Nacional do Trabalho. Sua direção aceita eliminar a voz dos trabalhadores substituindo-a pela do burocrata-gestor despótico da categoria; aprovará a *contra-revolução preventiva* da legislação sindical e trabalhista e assinará embaixo, por antecipação e sem qualquer constrangimento, a tese do negociado valer acima do legislado. Vale dizer, atuará na reconfiguração das classes subalternas a partir da Ordem do Capital. Trata-se da já mencionada *morte da política*. As reformas sindical e trabalhista em curso tendem, caso sejam aprovadas, a aniquilar os trabalhadores como organização e projeto histórico. Para acompanhar passo a passo as políticas deste governo é altamente instrutivo ler os documentos do FMI (www.imf.org) e do BM (www.worldbank.org).

Aos que falam em "sindicalismo de estado" está reservada uma surpresa: os sindicatos não serão apenas criaturas do Estado, mas tendem a ser instâncias governamentais

preferenciais. Caso esses projetos de destruição passem, é óbvio. Aquilo que a Articulação não conseguiu impor (o sindicato orgânico), será realizado por lei²⁸. Os sindicatos brasileiros estarão, face a face, com uma forma agravada de fragilidade: os que representam as grandes categorias poderão sobreviver (e olhe lá); quanto aos demais, conhecerão um novo tipo de darwinismo social. E ainda escutaremos o discurso de que se está combatendo os sindicatos de carimbo.

Separaram-se as reformas e priorizou-se a sindical. Embora a reforma trabalhista fosse declarada inadiável e fundamental, no início do governo, ela foi jogada para 2005. Fundem-se os interesses de longo prazo do capital e os de curto prazo dos seus representantes políticos. Senadores e deputados que querem ser prefeitos não correm, assim, risco de ter que votar quebras de direitos sociais em ano eleitoral. Preserva-se o plano estratégico de inchaço do PT. Quem sabe, logo, logo, este será o mais novo "maior partido do Ocidente"²⁹.

A "reforma" sindical, se aprovada, quebrará as pernas do movimento sindical e o disciplinará nas mãos da burocracia das Centrais. Contrariamente às bandeiras históricas de liberdade e autonomia sindical, essas burocracias terão poderes concentrados de negociação, contratação e de reconhecimento da existência de sindicatos. As bases perderão qualquer possibilidade de controlar o que se negocia e sobre a assinatura ou não de um acordo coletivo. O direito que passarão a ter lhes permitirá, caso um sindicato de base não aceite negociar, escolher qual sindicato representará os trabalha-

dores de uma determinada base. O respeito à base sindical vai para o espaço. No caso da fundação de um sindicato, se seus promotores não tiverem a concordância da(s) Central(is), terão que ter pelo menos 30% da base no processo, limite maior do que a média superior atual de qualquer central. Mais uma vez, o peso decisivo do domínio vai para as burocracias nacionais dessas centrais. A interface Centrais-Estado-Patronato está garantida. Para maior segurança entrega-se a Berzoini o comando do Ministério do Trabalho.

Uma clara antecipação da possibilidade de a Central substituir os sindicatos de base foi dada pela presença de Luis Marinho (outubro p.p.) na Embraer. Ele foi lá e recebeu os agradecimentos de Maurício Nôvis Botelho por ter intermediado um empréstimo de R\$ 1 bilhão do BNDES. Disse Marinho: "A CUT tem que olhar para o país e procurar fazer com que haja investimento em tecnologia porque o futuro do país depende desses investimentos"³⁰ e disse que a Embraer "não pode ficar abandonada, enquanto seus concorrentes internacionais têm todo o apoio de seus governos"³¹. Até aí nada além da colaboração de classes clássica. O melhor, no entanto, foi que o dirigente da CUT reivindicou ao patronato a criação de uma comissão de fábrica pois "o sindicato tem a rejeição de 70% dentro da fábrica" (*O Vale Paraibano*)³². O interesse súbito se explica: São José

dos Campos é dirigido pelo Movimento por uma Tendência Socialista da CUT. E agora chegou o decisivo. Elias Jorge da Cruz (que teria, segundo, a imprensa, sido expulso após um confronto com a direção do sindicato) proclama do alto de sua sabedoria: "Trata-se de um mecanismo legal em caso de o sindicato dificultar ou mesmo se recusar a conversar sobre alguns assuntos da empresa. A comissão poderia assumir essa função porque está ligada diretamente com os funcionários"³³. Duas observações: a) a linguagem é a da proposta da "reforma" sindical e b) perto disso a legislação varguista e a possibilidade de intervenção no sindicato é fichinha.

Nova classe? Não. Velho despotismo

A reflexão, colocada na ordem do dia pelo *Ornitórrinco* de Chico de Oliveira, salienta uma nova dimensão do quadro político. Os novos gestores dos fundos públicos são realmente uma nova classe? Ou são funcionários novos do sistema financeiro? Qual o grau de autonomia que essa pretensa "nova classe" tem sobre sua fonte de "poder"? Essa pseudoclassem não é nada mais do que um dos setores médios da população. Ela vive do mais-valor produzido pelos trabalhadores, mas sua função histórica é de dar organicidade e praticidade ao capitalismo. Martin Nicholaus, em *Proletariado y clase media em Marx: Coreografía Hegeliana y la Dialectica capita-*

*lista*³⁴, demonstra-o com bastante clareza. Qualquer tentativa de pensar esses grupos como uma "nova classe" - de Milovan Djilas a Francisco de Oliveira, passando por James Burnham, *A revolução dos gerentes*, etc. - não encontra base empírica de comprovação.

No discurso governamental, na proposta de resolução da "crise" da previdência, os fundos de pensão eram a solução. Não é possível analisar a ação desses fundos e dos seus gestores se não percebermos sua especificidade como agentes privilegiados do processo de financeirização em escala mundial. Eles, longe de resolver os problemas, se constituem como setores de vanguarda do sistema financeiro internacional, tal como demonstrado à saciedade, entre outras, pelas experiências americana, chilena e argentina. Não é possível ignorar o papel de personagens como Gushiken que, com sua empresa, já, há muito tempo, vendia cursos de administração desses fundos a sindicatos. Não é, portanto, mero interesse cidadão para com os aposentados.

Toda a cantilena pseudo-argumentativa em que o governo se baseou foi respondida por Riccardo Bellofiore em *O capitalismo dos fundos de pensão*³⁵ onde ele fez a crítica dessa ideologia capitalista entre os regulacionistas e importantes militantes socialistas. Lá, como aqui, o modelito foi construído a partir de um relatório do Banco Mundial³⁶. Fica claro, portanto, o grau de integração dessa pretensa nova classe à dominância do capitalismo financeiro.

Estes gestores fazem parte do movimento de reconversão "mágico-religioso" que requer e impõe a

Não é possível ignorar o papel de personagens como Gushiken que, com sua empresa, já, há muito tempo, vendia cursos de administração desses fundos a sindicatos. Não é, portanto, mero interesse cidadão para com os aposentados

necessidade de que seu séquito seja disciplinado e bem aquinhoado. *Noblesse oblige*. Eles são decisivos como demonstração da solução para os "pobres e oprimidos". Deles, dizem, sairá a racionalidade que recuperará as finanças previdenciárias e eliminará o *joio dos marajás do serviço público*. São, pelo contrário, funcionários privilegiados deste capitalismo na interface Capital Financeiro-Estado-Burocracia Sindical (emancipada do controle das bases) e se comportam como tal. Gestores dessa interface e não apenas dos Fundos. Como responsáveis por uma das formas privilegiadas da acumulação capitalista, são e serão, sem dúvida alguma, interlocutores privilegiados da Ordem do Capital e da estabilidade estatal. O conjunto das reformas (Previdência, Sindical, Trabalhista, Universitária) dá o alcance real das medidas governamentais.

O aparentemente novo é o *locus* da extração das personae dessa nova burocracia: são ex-militantes sindicais. Não assumirão cargos na equipe econômica, mas terão condições de impactar decisivamente sobre os projetos em andamento³⁷. Agora, sindicalistas são gestores dos Fundos de Pensão com um plus, com a vantagem de ficarem incontroláveis por qualquer forma democrática. Em 1964 a direita acusava João Goulart de tentar criar uma república sindicalista. Lula parece querer, quatro décadas após, dar-lhe razão. Com a vantagem relativa de não ter que enfrentar (até agora pelo menos) a reação dos conservadores. Pelo contrário: vem sendo aplaudido de pé! Daí a necessidade cada vez mais atual de proceder ao cruzamento de ocupação dos cargos, a estrutura sa-

O assalto aos cargos é amplo, geral e irrestrito.

Estes e as respectivas benesses são fartamente distribuídas aos amigos. O público e o privado se mesclam incestuosamente.

larial e perda de liberdade da sociedade. Um *who is who* da interface acima mencionada será ilustrativo das estratégias governamentais e do porquê não é possível avançar sobre o processo de democratização das informações que o tornem translúcido. Com isso, teremos com clareza o mapa de como se move o "pessoal do apoio", em especial, a tropa de choque. O assalto aos cargos é amplo, geral e irrestrito. Estes e as respectivas benesses são fartamente distribuídas aos amigos. O público e o privado se mesclam incestuosamente. A palavra de ordem petista *desprivatizar o Estado* é coisa do passado, coisa de xiita radical!

O Estado está absorvendo a sociedade civil, dirão os liberais. Os organismos privados de hegemonia tendem, mais e mais, a serem engolfados pelo aparelho estatal, a ponto de, a curto prazo, serem identificáveis, direta ou indiretamente, a agências governamentais. Mudaram os interlocutores. Privilegiam-se as ONGs sobre as classes. Longe vai o tempo (X Encontro Nacional, 1995) onde se criticava a "desresponsabilização do Estado, transferindo suas obrigações às ONGs e entidades sociais"³⁸. Sindicatos? Devem deixar de ser corporativos e pensar na sociedade como um todo! Devem pensar nas políticas que interessam à nação, diz Lula³⁹. Para quem isso é falado? Estamos no Brasil onde a população foi lançada à miséria, os movimentos sociais vigiados e várias de suas direções passaram a

exercer cargos governamentais. Essas direções, ao mudar de lado - de rebeldes a campo governamental - atuam no sentido de permitir o seqüestro e a incorporação desses movimentos ao projeto do governo que os desarticula.

Essa aparente diluição do Estado é a forma real de concentração de poder acoplada à parcerização com o privado, identificado ao público. O antigo conceito de público - e suas práticas - são transformados em corporativismo, inimigo da sociedade. O segredo de Polichinelo se revela. A burguesia não tem porque temer o Estado: ele garante o financiamento aos seus projetos estratégicos, controla e disciplina as classes subalternas. Este é o sentido da contra-revolução proposta nas citadas reformas. Ao invés do postulado democrático da sociedade ter controle sobre o aparelho estatal, vemos o contrário: este vai avançando avassaladoramente sobre a totalidade social. A idéia do controle social, para muitos um dogma, não faz mais sentido, talvez nunca devesse ter sido pensada, ressalta a alta burocracia estatal e do partido. Os dominantes se sentem em casa: dos banqueiros à TV Globo, todos agradecem e pedem passagem.

A um só tempo vemos constituir-se e acentuar-se uma adesão irrestrita e uma impotente frustração. Nenhum debate político real na sociedade ou no partido. Impõe-se a linha burocrático-governamental que caracteriza a vida das instituições. O

Congresso se molda, acentuando o seu *modus operandi* de casas homologadoras, salvo se do debate puder sair, como é de praxe, uma certa troca de favores. O Judiciário é atacado de forma dura. Não que este devesse ficar impune. Os escândalos se sucedem sem que, contudo, isso seja um privilégio dos Meritíssimos. Atacar o Ministério Público, aplicar a Lei da Mordça, não indica nenhuma forma democrática de crítica. Essa clara tentativa de atemorização é uma demonstração de debilidade.

As palavras do poder e o poder das palavras

O discurso ideológico é o terreno no qual os projetos políticos são construídos e impostos à totalidade social. Isto não o torna necessariamente verdadeiro. Mesmo que se declare "estamos mudando o país", basta olhar o cotidiano e perceber o agravamento do desemprego, a miséria crescente, a destruição dos serviços públicos, por um lado, e, por outro, a alegria dos banqueiros⁴⁰, o crescimento sem cessar da desigualdade social. As palavras, tal como fala Humpty Dumpty em *Alice no País das Maravilhas*, dizem o que se quer que se entenda.

Em tempos neoliberais não existe mais miséria, mas, exclusão. Qual a vantagem dessa formulação? O problema parece não ser do capitalismo nem do governo, mas dos excluídos⁴¹. As políticas de "inclusão" são aquelas que permitem, focalizadamente, diminuir os problemas sem alterar sua verdadeira causa. O Banco Mundial concorda e agradece. Mas, excluídos? Onde? Quem? Na realidade, o problema é: enfrentar a concentração de renda, o desemprego, etc., ou partir para a prá-



tica quase caritativa. A informalidade não é uma desgraça a que estamos fatalmente submetidos. É um mecanismo pelo qual se enfrentam as crises do capitalismo. Do mesmo modo, a questão do trabalho infantil, a reinvenção da escravidão, etc. Ninguém está excluído, mas incluído de forma subalterna, bárbara.

O problema é o da quadratura do círculo: como implementar, na chamada periferia, um capitalismo que não seja o mais brutal possível. Obviamente, não existe um capitalismo "não selvagem", como Lula ama discursar. O que pode ser construído, ainda na Ordem do Capital, são mecanismos de controle social eficazes. Para isso, contudo, é preciso destruir uma política macroeconômica que leva em São Paulo a 21% de desemprego no primeiro ano do governo democrático-popular, no governo da "esperança". Taxa só atingida em 1985!

Coloquemos ainda um problema. A Universidade Pública volta a ser um inimigo que deve ser destruído. Ato falho ou cumprimento das indicações da Organização Mundial do Comércio, que ordena a mercantilização da educação? José Dirceu já julgou e condenou: "o pau vai co-

mer". Ameaça concreta que acentua uma política de décadas de sucateamento da Universidade pública. O que não se conta é que, a um só tempo, o governo retira dinheiro da universidade, das doações ao Fome Zero, para pagar a Dívida e tenta impor um novo tributo para "ajudar" a Universidade. Ajuda que também será incorporada ao famoso superávit. A incrível fome tributária parece não encontrar limites.

A convivência com uma Universidade crítica é um dos requisitos fundamentais de uma sociedade que se pretenda democrática. Reduzir-lhe as verbas cumprindo um projeto que vem da ditadura, satanizá-la seguidamente, privilegiar a parcela da burguesia que faz das instituições universitárias privadas o locus específico para amealhar seu rico capital, não deveria, nem poderia, ser tarefa de um governo que se pretenda democrático-popular⁴². Argumentos? Os mesmos da ditadura: os ricos na universidade pública, os pobres nas pagas. Não importa que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão governamental, demonstre o contrário. Leis são rasgadas e a autonomia universitária, cara em todo o mundo civilizado, é lan-

çada, pelo governo, ao cesto do lixo. Lembremos o conselho de um liberal americano: *Se a Universidade é cara, experimente a ignorância*. Ou, importe as políticas do Banco Mundial, a tecnologia da Coreia e os *gadgets* da China.

Fala-se, com eufemismos, no velho e surrado orçamento global; tenta-se impor regulamentação infra-constitucional para a autonomia da Universidade e acopla-se um aumento de vagas (em uma quantidade praticamente impossível) para "ganhar" a sociedade. E o novo ministro lança um balão de ensaio: uma Constituinte Universitária. Obviamente, a proposta, cujo teor não foi explicitado, terá que contemplar todo o sistema. Os privatistas serão chamados a definir qual será a nova universidade. O que, na atual correlação de forças, isto não indica nada de positivo para uma Universidade pública.

Concluindo provisoriamente

As aparências são normalmente associadas às ilusões. Elas, contudo, são necessárias. É através delas que se percebe o real, atuando assim no sentido de conformar os *modos de ver, de pensar*, constituindo-o. Toda ação social se move em um campo estruturado pelas ideologias, pelos projetos das classes. As aparências são a cara visível das ideologias. Ainda que demonstradas empiricamente falsas, marcam o horizonte das possibilidades. A análise do *modus operandi* do governo do PT demonstra a afirmação acima. Ao mesmo tempo em que se destroem as condições básicas de vida das classes populares se proclama, como virtude governamental, justo o oposto.

Lula pensara governar representando as grandes massas, mas acaba por implementar o programa da contra-revolução, patrocinado pelo processo de financeirização.

Entre a intenção e o gesto há um largo espaço. Na França de 1848, Odillon Barrot chegou ao governo na ditadura bonapartista, embora tenha desejado fazê-lo como chefe da oposição liberal. Lula pensara governar representando as grandes massas, mas acaba por implementar o programa da contra-revolução, patrocinado pelo processo de financeirização. E o faz mais rapidamente possível todas as "reformas" enquanto ainda tem popularidade. Pode até ter pensado estar vivendo uma afirmação de Maquiavel, mas leva à cena, tão somente, o surrado *script* do neoliberalismo.

Desenvolvemos, ao longo deste artigo, a tese de que a tentativa de ocupação do espaço laico da política pelo discurso messiânico implica em um risco grave. Não se trata de uma ideologia banal, mas de um discurso de forte carga emocional que confere aos governantes um poder manipulatório brutal. Em nome da afirmação de um projeto, dito de salvação nacional, instaura-se uma corrupção, ainda maior, das instituições e dos sujeitos. Não é o projeto de um partido o que nos preocupa, mas, a destruição, a curto e médio prazo, da atividade política como possibilidade de práxis transformadora. É uma forma particular de morte da política. Este discurso "ético" busca eliminar os divergentes porque quer instaurar um pensamento e uma ética únicos, impedir que o amanhã seja um outro dia, como diria Chico Buarque. Trata-se de uma

operação de *limpeza* ideológica.

Nossa tarefa é de trabalhar na reconstrução da liberdade que progressivamente vem sendo subtraída à sociedade. Há que se reconstruir, com eles e não sobre eles, os movimentos sociais, restaurar no conjunto da sociedade o trabalho da política que negue o imediato para afirmar o futuro. Recuperar a capacidade de pensar a Grande Política ao contrário de chafurdar no cotidiano opaco e reacionário da conservação da atual forma social. O papel das direções está claramente colocado. Aqueles que em nome de interesses menores pensarem em sua readequação no espaço da política atual podem até fazer discursos altisonantes mas tendem a imobilizar o movimento molecular da sociedade. E esta é uma tarefa para uma nova organização que unifique o conjunto daqueles que se recusam a entoar, perversa e desafinadamente, o verso *o sonho acabou*.

Notas

1. Edmundo Fernandes Dias, ex-Secretário Geral do ANDES-SN (1994-6 e 2000-2002) e professor aposentado do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Este artigo, embora seja de inteira responsabilidade do autor, deve muito aos comentários de Moema Joffily Dias (de quem tive o privilégio da primeira leitura), Angela Santana do Amaral, Antonio Carlos Oliveira, Antonio Luiz de Andrade, José Fernandes Dias, José Roberto Zan e José Vitorio Zago.
2. Dirigentes da *Liga Spartacus*, assassinados oitenta e cinco anos atrás pelas milícias da extrema direita no governo de Noske, ex-sindicalista e dirigente do Partido Social-

Democrata Alemão. Essas mortes e a de Lênin, cinco anos após, pouco ou nada apareceram na imprensa.

3. *Folha de São Paulo*, 9 de dezembro de 2003, p. A5.

4. Cf. *O Estado de São Paulo*, 25 de setembro de 2002, p. A-7.

5. Cf. *O Estado...*, 25 de setembro de 2002, p. A-7. Sobre os efeitos da tecnologia ver o informe de Morgan Stanley segundo o qual cerca de 2 milhões de empregos de programação e engenharia serão transferidos para o exterior (*O Estado...*, 23 de dezembro, p. A2). Alan Tonelson, do *U. S. Business and Industrial Council* afirma que companhias que praticam *outsourcing* "estão pagando salários chineses e vendendo a preços americanos" (idem).

6. Questão clássica no encaminhamento do socialismo ela motivou uma série de debates na União Soviética e em Cuba (debate Che Guevara X Fidel). O que está em questão é a construção ou não do trabalhador omnilateral.

7. Quando falamos em programa histórico do PT estamos nos referindo ao conjunto de resoluções historicamente construídas ao longo de mais de duas décadas. Veja-se: *Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998* publicados pela Editora Fundação Perseu Abramo.

8. A imagem "estelionato eleitoral" é despolitizante. Oculta o significado real do *transformismo político dominante*. Nesse sentido, o PT não faz mais do que a tradição política brasileira consagrou.

9. *Resoluções...*, op. cit., p. 539. Grifo nosso.

10. Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, pp. 1629-30.

11. 7º Encontro Nacional, 31-5 a 3-6 de 1990.

12. *Resoluções...*, op. cit., p. 429.

13. A expulsão dos réprobos e a defesa intransigente do governador de Roraima pelo presidente do Partido são apenas ilustrações desse processo. O partido de Maluff avisa que participa do governo apenas se tiver um ministério...

14. *Resoluções...*, op. cit., p. 253. Grifo nosso.

15. Grifo nosso.

16. Quando o ANDES-SN (gestão 1994-1996) teve a primeira audiência com o MEC, um dos principais assessores do ministro falou: "Vocês precisam entender que a situação mudou muito. Fernando Henrique foi eleito com aproximadamente 50 milhões de votos". Retrucamos: "Que liberalismo tosco! Imaginar que uma eleição apaga a

história, as contradições". Estamos ouvindo isto, agora, pronunciado por um governo dito democrático-popular.

17. Esta palavra sintetiza a totalidade das relações sociais capitalistas com a vantagem que mercado parece ser mais neutro e mais defensável que capitalismo.

18. "que é a negação de toda epistemologia rigorosa (...) o empirismo, o mais ingênuo ('na ciência, os fatos são os únicos juizes'), o positivismo, o mais resolutivo ('porque? Jamais; como? Sempre')". François Châtelet - *La philosophie des professeurs*, Éditions Bernard Grasset, Paris, 1970, pp. 183.

19. "O pensamento científico efetivo se desenvolve de outra maneira: na síntese sempre instável e desarmônica que reúne e separa o trabalho dos conceitos e a força das práticas". idem, p. 29.

20. A relação com os militares é sintomática. Afirmou-se, anteriormente: "As Forças Armadas estarão rigorosamente subordinadas ao Poder Civil". Cf. *Resoluções...*, p. 408. Fez-se a bravata de colocá-los na mesma "Reforma" da Previdência e, agora, a tensa questão da elevação de Apolônio de Carvalho a General de Brigada simplesmente desapareceu, desmanchou-se no ar.

21. Ver o artigo-poema concreto de Jânio de Freitas (*Folha de São Paulo* de 28 de dezembro).

22. Cf. o debate com Collor ao final da primeira campanha presidencial. Aí ficou claro que, depois de esgotados todos os prazos de propaganda, a TV Globo apresentou uma "síntese" que nada mais era do que a construção da cena de um Lula já derrotado diante de Collor, vitorioso e sobranceiro.

23. Bem no estilo analisado por Michel Foucault em sua sempre estimulante *L'Ordre du discours*.

24. É impossível, a quem tem o mínimo bom senso, chamar a isto de políticas públicas ou sociais.

25. Esse mesmo processo veio ocorrendo desde a mesma época no interior do Partido dos Trabalhadores. Foi-se constituindo, no partido e na central, uma direção centralista, despótica.

26. E apenas para os metalúrgicos mais ligados à direção da Central. Para os adversários, a lei dura da classe patronal.

27. Em alguns estados essa realidade foi diferenciada, sabemos. Mas estamos falando como tendência dominante. É importante ressaltar que no congresso da CUT-SP a tendência majoritária saudou efusivamente a derrota

judicial de um movimento dos Metalúrgicos de S. José dos Campos: "Eu, eu, eu, São José se f...". Quando, por motivos políticos, a maioria de uma central comemora a derrota de um sindicato filiado a ela (ainda que de oposição à direção) significa que ela já perdeu qualquer caráter classista.

28. Devo esta formulação ao companheiro José Vitório Zago, a quem agradeço.

29. Os tucanos reclamam da política "imperialista" do PT. Afinal, o cofre dos apoiadores tenderá fechar-se para eles caso Lula permaneça em alta. Isto dependerá, é óbvio, da concordância entre as reformas propostas pelo governo e as do Capital.

30. Agência CUT, 24-10-2003.

31. *Ibidem*.

32. <<http://www.mail-archive.com/voto-eletronico@pipeline.iron.com.br/msg1422.html>>

33. *Ibidem*. (grifos nossos)

34. Publicado originalmente com o título *Proletariat and middle class in Marx: Hegelian choreography and the capitalist dialectic*, in *Studies on the Left*, vol. 7, nº 1, 1967, traduzido por Fernando Sanches Fontela, Editorial Anagrama, Madrid, 1972.

35. *Rivista de il manifesto*, nº 10, out. de 2000, traduzido e publicado em Outubro, nº 7, outubro de 2002.

36. *Adverting the old age crisis: Policies to protect the old and promote growth*, Oxford University, 1994.

37. Com FHC, a equipe econômica vinha diretamente de um setor universitário e fez carreira *sui generis* (de professores-economistas a banqueiros). Lembremos que Chico de Oliveira fala dos tucanos e dos petistas.

38. *Resoluções...*, op. cit., p. 616.

39. Lembremos a identificação entre capitalistas e nação para termos clareza do sentido da frase.

40. Veja-se a entrevista de Olavo Setúbal na *Folha...*, de 23 de dezembro p.p.

41. No *reich* tucano se falava em inempregabilidade.

42. Em uma importante passagem Gramsci afirma que quando há uma contradição entre o discurso falado e o discurso praticado é neste último que vemos o seu verdadeiro sentido. Dizer-se democrático-popular não implica que, de fato, essa seja a verdade da política praticada.

Edmundo Fernandes Dias é professor aposentado da Unicamp.